

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NO UNIPTAN: UM RELATO DE CASO

Amanda Fernandes Pinto¹
Raquel Auxiliadora Borges²

Resumo: O presente artigo aborda a importância do estágio curricular obrigatório no curso de Direito oferecido pelo UNIPTAN. O principal objetivo do estágio é proporcionar aos estudantes uma experiência prática que vai além da teoria jurídica ensinada em sala de aula, preparando-os para uma carreira jurídica competente e socialmente responsável. O texto destaca que o estágio é dividido em duas modalidades: o Estágio Supervisionado em Prática Simulada e o Estágio Supervisionado em Prática Real, conhecido como Núcleo de Práticas Jurídicas. A metodologia do artigo se baseia no relato de caso da experiência prática adquirida durante o estágio, que inclui atividades realizadas no Fórum local e a interação com sistemas como o Sistema de Controle de Movimentação de Processos (SISCOM) e o Processo Judicial Eletrônico (PJE), bem como o estágio inclui visitas ao Presídio de Resende Costa, onde pudemos acompanhar juízes e promotores em inspeções, evidenciando a importância da ressocialização no sistema prisional. Em conclusão o texto enfatiza que o estágio é fundamental para a formação dos estudantes de Direito, proporcionando a integração entre teoria e prática, o entendimento do funcionamento real do sistema judicial e auxiliando na escolha de uma área de estudantes e a qualidade da justiça, especialmente diante das mudanças significativas trazidas pela transição para sistemas digitais, como o PJE.

Palavras-chave: Estágio curricular, Direito, UNIPTAN, Prática jurídica, Sistemas judiciais.

O curso de Direito é, indiscutivelmente, um dos pilares fundamentais na construção de uma sociedade justa e equitativa. Por sua natureza complexa e multifacetada, demanda uma formação que vá além das salas de aula, dos códigos e doutrinas. Os profissionais formados nessa área desempenham um papel crucial na manutenção do Estado de Direito e na garantia dos direitos e deveres dos cidadãos. Nesse contexto, o estágio curricular obrigatório emerge como uma etapa essencial na formação acadêmica e profissional dos futuros advogados. Trata-se de uma etapa que transcende o simples acúmulo de conhecimento teórico, abrindo portas para a aplicação prática dos preceitos legais, a compreensão das nuances éticas e o desenvolvimento das habilidades cruciais para o exercício da advocacia e do sistema de justiça como um todo.

O estágio curricular obrigatório, frequentemente realizado nos últimos períodos da graduação em Direito, representa uma ponte entre a teoria jurídica aprendida em sala de aula e a prática efetiva do Direito. Ele proporciona aos estudantes a oportunidade de vivenciar

¹ Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. E-mail: amandaferpinto@gmail.com

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. E-mail: Raquel.borges@uniptan.edu.br

situações reais, acompanhar casos reais, compreender os desafios éticos e profissionais da profissão. Ao inserir os estudantes em ambientes jurídicos reais, o estágio proporciona uma rica oportunidade de vivenciar os desafios cotidianos enfrentados pelos advogados e demais atores do sistema judicial. Essa imersão no mundo jurídico real é vital para a construção de uma sólida base prática que complementa o embasamento teórico adquirido ao longo do curso. Além disso, o estágio é um instrumento de alinhamento entre a academia e o mercado de trabalho, permitindo que os estudantes compreendam as demandas reais da profissão e estejam preparados para enfrentar os dilemas éticos e profissionais que frequentemente surgem no exercício da advocacia.

Neste artigo, exploraremos a importância do estágio curricular obrigatório no curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN -, destacando como essa etapa desempenha um papel fundamental na formação de advogados competentes e socialmente responsáveis, destacando seu impacto na integração entre teoria e prática, sua contribuição para a construção de valores profissionais sólidos e sua relevância na preparação dos estudantes para uma carreira jurídica que acima de tudo, busca a justiça e a defesa dos direitos fundamentais em nossa sociedade.

No curso de Direito do UNIPTAN o Estágio Curricular Obrigatório se desdobra em duas modalidades: o Estágio Supervisionado em Prática Simulada e o Estágio Supervisionado e, Prática Real, também conhecido como Núcleo de Práticas Jurídicas. Ambas as formas de estágio envolvem a aplicação prática dos conhecimentos teóricos e éticos adquiridos ao longo do curso. Na prática simulada, os alunos aprendem a elaborar peças processuais em colaboração com os professores, dentro das instalações da instituição de ensino. Já na prática real, os alunos assumem o papel de advogados, desempenhando atividades como atendimento aos clientes, coleta de documentos e elaboração de peças processuais em ambientes externos às instalações acadêmicas. Em ambas as modalidades, o aluno é o epicentro do processo de Estágio Curricular Supervisionado, sendo visto como um indivíduo em formação e um cidadão consciente de suas obrigações e direitos, conforme estabelecido no Regulamento do Estágio Supervisionado em Prática Real - Núcleo de Práticas Jurídicas

A metodologia utilizada na construção desse artigo envolve, basicamente, a experiência adquirida no campo jurídico – desde o estágio dentro do fórum como também experiências extra fórum, com o oficial de justiça, como a intimação e vistoria no Presídio juntamente com o Juiz e o Promotor. O relatório contém três etapas, sendo a primeira a importância do estágio durante a vida acadêmica, o segundo, a experiência com o público externo e para finalizar foi realizado uma análise crítica da teoria diferente da realidade.

2 A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO DURANTE A VIDA ACADÊMICA

De acordo com O artigo 2º do "REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO PRÁTICA REAL – NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS", a realização do estágio obrigatório destinado aos alunos matriculados no curso de Direito tem como finalidade a integração entre a teoria e a prática, bem como a consolidação dos preceitos éticos, sociais e profissionais no contexto das atividades jurídicas. Durante o desenvolvimento do estágio no Fórum da cidade de Resende Costa, foi possível colocar em prática os aprendizados em relação aos procedimentos jurídicos em geral. Um exemplo ilustrativo é a execução de publicações no Diário do Judiciário Eletrônico (DJE), o SISCOM e PJe.

Esclarecemos que o SISCOM, abreviação para Sistema de Controle de Movimentação de Processos, reveste-se de importância fundamental no processo de aprendizagem no ambiente do estágio, uma vez que se destina a gerenciar e controlar os processos físicos. Esta ferramenta possibilita a manipular os procedimentos judiciais em formato físico, a partir do registro e controle de suas movimentações.

Por outro lado, o PJe, ou Processo Judicial Eletrônico, desempenha um papel igualmente importante na prática forense. A partir de fevereiro de 2022, os processos físicos foram diminuindo e sendo digitalizados no PJe, observamos então, uma transição para a digitalização dos processos, restringindo a presença de processos físicos às situações que requerem encaminhamento à Delegacia de Polícia - DEPOL - para prosseguir com investigações, uma vez que a polícia ainda não dispõe de acesso ao PJe. O sistema utilizado pela polícia, é denominado PCNET, e pode ser definido como a plataforma empregada pelas autoridades policiais para a condução de investigações relacionadas aos processos judiciais.

Nas atividades de estágio no Fórum de Resende Costa a movimentação dos processos ocorria tanto por meio do SISCOM, como por meio do carimbo (dispositivo de certificação) que valida documentos e procedimentos, tais como juntada de petições, manifestações, avisos de recebimento, cartas precatórias, entre outros

Um segundo aspecto relevante ao se iniciar o trabalho no fórum é a tarefa de expedir mandados, utilizados pelos oficiais de justiça para a realização de intimações. Os mandados relativos a processos físicos são gerados no sistema SISCOM WINDOWS, enquanto os mandados relacionados a processos eletrônicos são produzidos por meio do sistema CEMPE. O SISCOM WINDOWS é um sistema informático usado no Poder Judiciário para gerenciar processos judiciais físicos, oferecendo um ambiente digital para registro, movimentação e

controle eficaz desses processos. Permite o cadastro, geração de mandados, controle de prazos e aprimora a comunicação entre os setores judiciais, sendo essencial para a organização e eficiência do sistema judiciário. Já o CEMPE - Central de Mandados do Poder Judiciário Eletrônico - é uma plataforma que torna automático a geração e controle de mandado judiciais eletrônicos, sendo uma ferramenta importante na transição da documentação judicial do formato físico para o formato eletrônico. O CEMPE possibilita a criação, distribuição, rastreamento e gerenciamento de forma segura das ordens judiciais, como intimações e citações.

Durante o período em que estagiamos no fórum a elaboração dos mandados ocorria duas vezes ao dia, porém, quando os oficiais judiciais cessavam sua demanda, não havia necessidade de continuar a produzi-los, salvo no caso de mandados urgentes. Em virtude do tamanho reduzido da cidade de Resende Costa, não se fazia necessário a elaboração contínua de mandados, a menos que houvesse uma necessidade premente de tais documentos.

Todos os mandatos são impressos em duas folhas, uma fica com o oficial de justiça e o outro com o intimado. Diariamente são feitos ofícios, seja para o correio, município, órgãos, todos os ofícios o juiz pede para os oficiais judiciais fazerem e o gerente de secretária leva para o juiz assinar e corrigir. Importante ressaltar que todos os mandados são impressos em duas vias, sendo uma destinada ao oficial de justiça e a outra ao intimado. Além disso, diariamente são produzidos ofícios a serem encaminhados aos correios, município e outros órgãos. Todos esses ofícios são elaborados a pedido do juiz e posteriormente submetidos à sua análise e correção e assinatura.

Ainda como contribuição de aprendizado através do estágio, tivemos a oportunidade de acessar o PJE, o qual está dividido em Vara Cível, Vara Criminal, Juizado Cível e Juizado Criminal. Este sistema desempenhou um papel significativo na otimização do trabalho tanto dos funcionários públicos quanto dos advogados, devido à sua organização e separação por etiquetas (em categorias), proporcionando assim um controle mais eficiente dos processos. Geralmente, é necessário examinar os despachos e outras manifestações judiciais como parte do fluxo de trabalho.

Diariamente realizávamos uma análise preliminar do despacho, e quando identificávamos ser capaz de executar determinadas tarefas sem cometer erros, procedia à sua realização com o propósito de aliviar a carga de trabalho dos oficiais judiciais. Essas tarefas compreendiam atividades como conceder vista ao Ministério Público, intimar as partes autora ou réu, conceder vistas aos defensores, lidar com processos suspensos à espera da execução de serviço comunitário, entre outras. Mantínhamos também monitoramento constante das

movimentações processuais, verificando a chegada de petições, o cumprimento de prazos e manifestações das partes, a fim de dar prosseguimento aos processos, seja por nossa intervenção direta ou repassando para os oficiais judiciários.

Uma das atividades que relatamos como mais prazerosa foi a obtenção da FAC (Folha de Antecedentes Criminais) e CAC (Certidão de Antecedentes Criminais). Inicialmente, procedia-se à obtenção da FAC, um documento que pode conter registros criminais em todas as jurisdições em que o réu cometeu infrações. Subsequentemente, a CAC era adquirida para cada jurisdição onde o réu tinha antecedentes criminais. Essa prática era aplicável tanto a processos físicos quanto eletrônicos, sendo que, nos processos físicos, a indicação do réu pelo delegado era seguida pela necessidade de obter a FAC e a CAC, após o que se dava vista ao Ministério Público. No PJe geralmente é o juiz quem solicita a atualização da FAC e CAC.

Outra tarefa que despertou nosso interesse foi a elaboração dos avisos de recebimento relacionados ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Devido à sua ocorrência anual, frequentemente se deparava com uma quantidade considerável desses avisos no âmbito da Vara Cível, muitas vezes ultrapassando o quantitativo de (200) duzentos. O gerente da secretaria me instruiu na elaboração desses avisos. O processo envolvia a impressão da petição emitida pelo município, contendo informações como o valor do IPTU e o despacho do juiz, identificação do endereço correto do destinatário, a intimação por meio postal, a determinação do prazo apropriado e, por fim, o encaminhamento da documentação à pasta de Correio, a ser entregue ao tesoureiro para a postagem no serviço postal.

3 ESTAGIO EXTERNO

Mensalmente acompanhávamos o juiz e o promotor em visitas de inspeção ao estabelecimento prisional, o Presídio de Resende Costa. Este estabelecimento prisional se destaca por sua colaboração com a comunidade local, estabelecendo parcerias que englobam atividades como a fabricação de blocos de concreto e trabalhos em marcenaria, entre outras. Adicionalmente, a instituição mantém uma horta cujos produtos são regularmente doados a instituições beneficentes, como o hospital, a APAE e o CRAS. Este compromisso com a comunidade demonstra um foco na reintegração do recluso à sociedade e ressalta a importância da ressocialização no âmbito do sistema prisional.

É fundamental e de suma relevância no contexto do estágio é a habilidade essencial de interagir com o público. Isso se deve à observação da falta de compreensão e à ausência de ética manifestadas por pessoas que muitas vezes não tiveram a oportunidade de adquirir um

conhecimento sobre o sistema judiciário. Um exemplo ilustrativo é a situação em que indivíduos leigos demonstram uma expectativa equivocada quanto ao desdobramento de um processo legal, como a crença de que na primeira audiência alguém será imediatamente preso. Nesse cenário, é essencial o domínio de conhecimentos sobre o funcionamento do sistema judiciário a fim de esclarecer e orientar adequadamente os cidadãos leigos.

3. ANALISE CRÍTICA: TEORIA x REALIDADE

Na experiência prática do campo do Direito, é observado que o conhecimento adquirido em sala de aula, embora fundamental, deve ser complementado pela interação com a realidade jurídica. Nessa vivência prática, percebe-se que a aplicação dos conceitos teóricos muitas vezes se diferencia da teoria.

Verificamos que o juiz frequentemente demanda vários meses para emitir uma decisão, e que tanto o Ministério Público, a Defensoria Pública e, até mesmo, os advogados não seguem rigorosamente os prazos estipulados.

Além disso, ocorrem conflitos entre o Fórum e a Polícia Civil devido a deficiências na comunicação e à falta de familiaridade com as diferenças entre os sistemas utilizados por ambos os processos judiciais estão migrando para o formato digital em detrimento do físico, o que implica que os profissionais do Direito devem aprender a utilizar o novo sistema, o Processo Judicial Eletrônico (PJe). Observa-se que, em alguns casos, estagiários assimilam o uso do PJe com maior facilidade devido à sua afinidade com ambientes eletrônicos

Ao iniciar a faculdade adquirimos um conhecimento significativo acerca de princípios éticos e da importância da boa fé no exercício do Direito. Entretanto, ao adentrar o campo prático, pudemos constatar que nem todos os profissionais da área jurídica seguem a esses princípios. Em contrapartida ao ambiente teórico, onde as leis são rigorosamente observadas e a conduta ética é buscada de forma diligente, na prática, alguns profissionais demonstram condutas que se desviam dessas normas.

É importante salientar que, mesmo no contexto de ambiente de trabalho, são observados casos de comportamento inadequado, tais como bullying e desmerecimento. Essas atitudes, por vezes, contradizem os valores éticos e as normas profissionais que deveriam nortear a conduta dos profissionais do Direito

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após 8 (oito) semestres dedicados ao curso de Direito, é possível observar um esvaziamento do número de estudantes ao longo do curso, sendo que poucos conseguem concluir a graduação, em comparação com o elevado número de alunos que ingressam no curso.

O estágio é fundamental para a vida dos estudantes, com a intenção de permitir diferenciar a teoria e prática. Se esse momento não é vivenciado de forma satisfatória afeta o futuro profissional do Direito e suas escolhas do ramo que irá seguir.

É importante salientar que a sociedade contemporânea vive na era digital, o que implica em significativas mudanças na área do Direito, a exemplo do Processo Judicial Eletrônico (PJe). Portanto, o estágio, em especial, desempenha um papel importante na adaptação dos estudantes a essas transformações, permitindo que compreendam a utilização de sistemas eletrônicos, como o PJe, e as nuances da prática jurídica em um contexto digital.

Em suma, os estágios curriculares obrigatórios no curso de Direito do UNIPTAN cursados representaram uma etapa importante em nossa formação, promovendo uma sólida integração entre a teoria acadêmica e a prática jurídica real. Ao oferecer experiências que vão além do conhecimento teórico adquirido em sala de aula, esses estágios preparam os futuros profissionais do Direito para carreiras competentes e socialmente responsáveis. A divisão das modalidades de estágio, abrangendo a prática simulada e a prática real, proporciona aos estudantes a oportunidade de vivenciar o funcionamento concreto do sistema judicial e se adaptar às mudanças significativas trazidas pela era digital. Além disso, as visitas que pudemos acompanhar ao Presídio de Resende Costa destacaram a importância da ressocialização no sistema prisional e a necessidade de promover uma compreensão mais ampla da justiça. Assim, o estágio não apenas fortaleceu nossa formação como estudante, mas também contribuiu para a melhoria da qualidade do sistema jurídico como um todo.

REFERÊNCIAS:

CENTRO UNIVERSITÁRIO PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES – UNIPTAN.
Regulamento de Estágio do Curso de Direito do UNIPTAN, São João Del Rei, MG., 2023.